

## **REGIMENTO UNIFICADO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS**

### **COMITÊ DE GENTE (CDG)**

### **COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CDS)**

### **COMITÊ DE INVESTIMENTOS E INOVAÇÃO (CII)**

Este Regimento Interno consolida a finalidade, as atribuições, o funcionamento e demais aspectos relevantes do Comitê de Gente (CDG), do Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e do Comitê de Investimentos e Inovação (CII), sendo aplicável à Copel e suas Subsidiárias Integrais e podendo ser estendido às empresas controladas, coligadas e demais empresas que a Copel e suas Subsidiárias Integrais tenham participação, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**1. NATUREZA.** Os Comitês de Gente (CDG), de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e de Investimentos e Inovação (CII) são órgãos estatutários, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração (CAD), observando o Estatuto Social, a legislação aplicável e as melhores práticas de governança corporativa.

**2. FINALIDADE.** Cabe aos Comitês assessorar o Conselho de Administração (CAD) nos temas de sua competência, conforme itens seguintes, emitindo recomendações e pareceres, com independência no exercício das atribuições e manutenção de confidencialidade sobre informações estratégicas analisadas.

**2.1.** O CDG é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração (CAD), considerando a competência deliberativa daquele órgão, no que tange:

- I.** à elaboração e ao acompanhamento da estratégia de remuneração dos administradores, membros de comitês de assessoramento e conselheiros fiscais, quando eleitos;
- II.** às propostas e aos demais assuntos relativos ao estabelecimento de diretrizes, políticas e princípios inerentes à gestão de pessoas da Companhia e de suas Subsidiárias Integrais, com ênfase nas melhores práticas, bem como na análise e emissão de recomendações e pareceres relacionados ao cumprimento das exigências legais e regulatórias, aos dispositivos internos e aos compromissos assumidos pela Companhia;
- III.** à estratégia de avaliação, desenvolvimento e sucessão de administradores;
- IV.** o processo de elegibilidade dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários em conformidade com as disposições legais e estatutárias e considerando ainda as regras fixadas em normativos internos.

**2.2.** O CDS é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração (CAD), considerando a competência deliberativa daquele órgão, no que tange ao desenvolvimento sustentável da Companhia e de suas Subsidiárias Integrais, com ênfase nas dimensões ASG (ambiental, social e de governança), dentro das melhores práticas, bem como na análise e emissão de recomendações e pareceres relacionados ao cumprimento das exigências legais e regulatórias, aos dispositivos internos e aos compromissos assumidos pela Companhia.

**2.3.** O CII é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração (CAD), considerando a competência deliberativa daquele órgão, no que tange à análise e emissão de recomendações para as propostas de investimento da Companhia, encaminhadas pela Diretoria Executiva da Copel Holding.

**3. COMPOSIÇÃO E MANDATO.** Cada Comitê será composto por 03 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração (CAD), com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição.

**3.1.** O Presidente da Companhia integrará cada Comitê, sem direito a voto.

**3.2.** O CDG e o CDS poderão incluir até 01 (um) membro externo com experiência profissional reconhecida nos respectivos temas.

**3.3.** O CII será composto exclusivamente por membros do CAD.

**4. ELEIÇÃO E VACÂNCIA.** Os membros serão eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após o encerramento do mandato anterior e terão independência no exercício de suas atribuições.

**4.1.** Os coordenadores de cada Comitê serão eleitos pelo CAD, dentre os seus membros.

**4.2.** Em caso de renúncia, falecimento, invalidez, perda do mandato ou impedimento, o CAD elegerá substituto para completar o mandato.

**4.3.** Considerar-se-á vago o cargo do membro que, sem justificativa, deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões.

**4.4.** O mandato será automaticamente prorrogado até a investidura dos novos membros, salvo renúncia ou destituição.

**5. IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES.** É vedada a investidura de representantes de órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo, bem como de quem tenha atuado, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em estrutura decisória de partido político ou em cargo de organização sindical, nos termos do Estatuto Social.

**6. INVESTIDURA E TERMOS.** A investidura dar-se-á mediante assinatura de Termo de Posse, entrega de documentação, conforme legislação e regulamentação vigentes aplicáveis, com registro em livro de atas, e assinatura dos termos de adesão à Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, à Política de Transação com Partes Relacionadas e ao Código de Conduta.

**7. RESPONSABILIDADES.** Os membros obrigam-se a cumprir o Estatuto Social, o Código de Conduta, o Programa de Integridade e as demais normas internas, bem como a legislação aplicável, atuando no exclusivo interesse da Companhia e preservando o sigilo das informações e documentos acessados.

**7.1.** Considera-se abusivo o exercício da função em prejuízo aos acionistas e/ou Administradores desta, ou, ainda, com o fim de causar dano ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia, seus acionistas e/ou Administradores.

**8. DEVERES DOS ADMINISTRADORES.** Os membros dos Comitês sujeitam-se aos mesmos deveres e responsabilidades legais aplicáveis aos administradores, nos termos da Lei 6.404/1976.

**9. CONFLITOS DE INTERESSE.** Em caso de ser constatado conflito de interesse ou interesse particular, o membro deverá manifestar-se tempestivamente, e abster-se de participar das discussões e deliberações pertinentes, com registro em ata; poderá haver afastamento temporário da reunião até o encerramento do assunto, por decisão dos demais membros.

**9.1.** Se o próprio membro não se manifestar, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deverá informar ao Colegiado.

**9.2.** Caso os membros se deparem com dúvidas referentes a um possível novo vínculo que caracterize potencial conflito de interesse, deverão consultar a Companhia.

**10. CALENDÁRIO E FREQUÊNCIA.** Cada Comitê aprovará calendário anual e reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 09 (nove) vezes ao ano, e extraordinariamente sempre que necessário.

**11. CONVOCAÇÃO E MATERIAIS.** As reuniões serão convocadas pelo Coordenador, por intermédio da área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias; em caráter excepcional e formalmente justificado, poderão ser convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Os documentos de pauta serão encaminhados com antecedência mínima de 03 (três) dias, salvo autorização específica do Coordenador.

**11.1.** O CII, além do calendário aprovado, poderá reunir-se quando provocado pela Diretoria Executiva da Copel ou pelo CAD.

**12. ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DOS COMITÊS.** Competem aos Coordenadores dos Comitês:

I. convocar e presidir as reuniões do Comitê, auxiliado pela área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, convocando pessoas que possam contribuir para o esclarecimento das matérias a serem apreciadas, observadas eventuais questões de conflito de interesses;

II. avaliar e definir a pauta das reuniões, assegurando que estejam alinhadas ao cumprimento dos objetivos do Comitê; orientar os trabalhos, bem como decidir questões de ordem do Comitê;

III. autorizar a discussão e decisão de assuntos não incluídos na pauta da reunião; analisar a pertinência das solicitações recebidas dos membros do Comitê, adotando as medidas cabíveis; apurar as votações e proclamar os resultados;

IV. adiar a reunião, se for o caso, concedendo aos membros o prazo necessário para acesso às informações e aos documentos relativos aos assuntos pautados, considerando casos de solicitação de complementação de informações ou outras situações não previstas.

**13. QUÓRUM E DECISÃO.** As reuniões serão instaladas com a maioria dos membros; as deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade. O voto divergente poderá ser consignado em ata.

**13.1.** É facultado ao Coordenador do CII convidar outros membros da Diretoria Executiva da Companhia ou de suas Subsidiárias Integrais para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

**14. PARTICIPAÇÃO REMOTA E VOTO ELETRÔNICO.** Será admitida participação por audioconferência ou videoconferência e, excepcionalmente, manifestação de voto por meio eletrônico, com assinatura da ata *a posteriori*, mediante comunicação prévia e autorização do Coordenador.

**15. ATAS, LAVRATURA E GUARDA.** As atas serão lavradas em livro próprio pela área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, assinadas pelos membros presentes, e arquivadas, com disponibilização eletrônica aos membros.

**16. CONTEÚDO E PUBLICIDADE.** As atas poderão ser lavradas em forma de sumário dos fatos ocorridos; a divulgação seguirá as regras internas de classificação e transferência de sigilo e a legislação aplicável.

**17. ACESSOS.** Os membros dos Comitês têm acesso às instalações prediais, documentos e informações necessários para o exercício de suas funções, de acordo com a legislação aplicável e normas internas.

**18. DESENVOLVIMENTO.** Os membros deverão participar de treinamentos específicos relacionados às atividades da Companhia, conforme planos de desenvolvimento ou definição das áreas responsáveis.

**19. AVALIAÇÃO ANUAL.** Será realizada avaliação de desempenho anual, colegiada e individual, conforme definido em normas da Companhia.

**20. REMUNERAÇÃO E DESPESAS.** A remuneração individual dos membros será fixada nos termos da Lei 6404/76 e de acordo com as normas da Companhia; os membros farão jus a honorários mensais fixos, com proporcionalidade nos meses de posse ou desligamento, e ao reembolso de despesas necessárias (locomoção, alimentação e hospedagem), também consoante normas internas.

**21. AUTONOMIA OPERACIONAL.** Será conferida aos Comitês autonomia operacional para execução das atividades. O CII contará com a provisão dos recursos necessários ao seu funcionamento, inclusive pessoal de apoio e contratação de especialistas, quando aplicável.

**22. CASOS OMISSOS E ALTERAÇÕES.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração, que poderá alterar o Regimento de ofício ou mediante proposta do Comitê competente.

**23. COMPETÊNCIAS DO CDG.** Além das atribuições fixadas pelo Estatuto Social, compete ao CDG:

I. analisar, avaliar e recomendar a estratégia de remuneração de conselheiros, membros de comitês e executivos, incluindo proposta de remuneração global para submissão à Assembleia Geral, bem como as diretrizes remuneratórias gerais, como norteadores à padronização de políticas e mecanismos de remuneração, observadas as estratégias da Companhia e os referenciais de mercado;

II. apoiar a eleição de administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, em conformidade com as disposições legais e estatutárias e considerando ainda as regras fixadas em normativos internos membros de comitês de assessoramento, respeitado o plano de sucessão e a Política de Indicação;

III. recomendar diretrizes para sucessão, avaliação e desenvolvimento de executivos e conselheiros, respeitando as políticas corporativas inerentes à meritocracia e à diversidade;

IV. verificar a conformidade no processo de indicação de membros e a manutenção dos requisitos de elegibilidade ao longo do mandato, para os membros da diretoria, incluindo o Presidente, Vice-Presidentes e Diretores, além dos Diretores Gerais e demais Diretores das Subsidiárias Integrais e, conforme demandado, para conselheiros e membros de comitês de assessoramento;

V. avaliar e propor ao Conselho de Administração critérios de integridade e conformidade, bem como demais critérios e requisitos relacionados ao processo de indicação e destituição dos

membros da Diretoria Executiva e da Alta Administração da Companhia e das demais funções vinculadas ao Conselho de Administração;

**VI.** analisar, avaliar e recomendar aperfeiçoamentos e diretrizes estratégicas para processos de avaliação e desenvolvimento de executivos e conselheiros da Copel e suas Subsidiárias Integrais;

**VII.** avaliar, revisar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das estratégias de gestão de pessoas, de forma que sejam consideradas na definição do Planejamento Estratégico da Companhia;

**VIII.** avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do plano diretor e do modelo de gestão de pessoas relativos à remuneração, plano de benefícios, meritocracia, desempenho, cultura e clima organizacional, diversidade, equidade e inclusão, desenvolvimento e sucessão, saúde e segurança do trabalho;

**IX.** avaliar as políticas e condutas da Companhia relativas à Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança do Trabalho;

**X.** recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento de políticas e práticas identificadas no âmbito das atribuições do CDG;

**XI.** acompanhar os indicadores, bem como riscos relacionados à Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança do Trabalho da Companhia; e

**XII.** elaborar e aprovar plano de trabalho anual do Comitê.

**24. COMPETÊNCIAS DO CDS.** Além das atribuições fixadas pelo Estatuto Social da Copel, compete ao CDS:

**I.** avaliar, revisar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da estratégia de sustentabilidade, de forma que seja considerada na definição do Planejamento Estratégico da Companhia;

**II.** avaliar as políticas e condutas da Companhia relativas à Sustentabilidade, Governança Corporativa e ao Relacionamento com partes interessadas;

**III.** recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento de políticas e práticas identificadas no âmbito das atribuições do CDS;

**IV.** avaliar, quando demandado pelo Conselho de Administração, a estrutura societária à luz das diretrizes estratégicas da Companhia;

**V.** avaliar e acompanhar o desempenho da Companhia e a execução dos projetos que melhorem as práticas de sustentabilidade com ênfase nas dimensões ASG (ambiental, social e de governança), decorrentes do Planejamento Estratégico;

**VI.** acompanhar os indicadores e metas de Sustentabilidade da Companhia, bem como, quando houver, a remuneração variável a eles atrelada;

**VII.** avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a adesão da Companhia a iniciativas, protocolos e acordos de cooperação, nacional ou internacional, relacionados ao desenvolvimento sustentável, bem como acompanhar a efetividade da participação da Companhia e, quando aplicável, analisar o orçamento disponibilizado;

**VIII.** avaliar e recomendar ao Conselho de Administração o Plano Anual de Investimento Social Privado Corporativo, em iniciativas relacionadas à sustentabilidade, considerando recursos próprios, em alinhamento às diretrizes da Companhia;

**IX.** acompanhar o engajamento com as partes interessadas;

**X.** monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, como aqueles ligados às questões associadas à mudança do clima e aos direitos humanos;

**XI.** acompanhar a gestão de riscos e a integração ao planejamento estratégico no tocante à ESG;

**XII.** acompanhar o monitoramento dos riscos relacionados à sustentabilidade, podendo, inclusive, fornecer subsídios para a definição das estratégias de investimento ou desinvestimento, bem como investimento em pesquisa;

**XIII.** recomendar ao Conselho de Administração a aprovação de relatórios que demonstrem o desempenho em sustentabilidade da Companhia; e

**XIV.** elaborar e aprovar plano de trabalho anual do Comitê.

**25. COMPETÊNCIAS DO CII.** Além das atribuições fixadas pelo Estatuto Social da Copel, compete ao CII:

**I.** colaborar na revisão ou elaboração de diretrizes estratégicas, Planejamento Estratégico e outros planos de natureza estratégica da Copel, opinando quanto aos temas investimentos e inovação;

**II.** avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas competências;

**III.** prestar apoio metodológico e procedimental ao Conselho de Administração para avaliação de propostas de investimentos;

**IV.** prestar apoio metodológico e procedimental ao Conselho de Administração para promover a inovação e a criação de novos produtos, serviços, processos, métodos ou sistemas no âmbito da Copel;

**V.** elaborar e revisar, de modo a auxiliar o Conselho de Administração, quando da avaliação de proposta de Tese de Inovação, que orienta as iniciativas de inovação da Companhia;

**VI.** opinar sobre propostas vinculantes de investimentos em novos negócios, desinvestimentos, participação em leilões, desenvolvimento e implantação de projetos por parte da Copel, suas Subsidiárias Integrais, controladas e coligadas, avaliando sua documentação relacionada e conformidade com as diretrizes estratégicas da Copel;

**VII.** opinar, de modo a auxiliar o Conselho de Administração quando da aprovação do Orçamento Anual da Copel, sobre o montante proposto pela Administração para investimento da Companhia e suas Subsidiárias Integrais;

**VIII.** opinar sobre propostas de suplementação orçamentária, quando necessária para a realização de investimentos;

**IX.** acompanhar a implantação e a execução de projetos de investimento e desinvestimento corporativos, avaliando a eficácia na gestão de recursos e orientando eventuais ações corretivas necessárias;

**X.** acompanhar as iniciativas de inovação da Companhia; e



**XI.** exercer as funções e praticar os demais atos que forem necessários ao cumprimento de suas responsabilidades.

**25.1.** Os incisos I a XI se aplicam, obrigatoriamente, quando se tratar de matéria cuja deliberação compete ao Conselho de Administração e, facultativamente, para os demais casos, ressalvado o disposto nos itens 25.2; 25.3 e 25.4.

**25.2.** As orientações do Comitê se referem à aquisição ou à alienação de participações societárias, participação com novos empreendimentos em leilões regulados de geração e transmissão, implantação de outros novos empreendimentos não vinculados às outorgas atuais, avaliação do programa anual de investimentos da Copel Distribuição e da Copel Geração e Transmissão.

**25.3.** As atribuições constantes dos incisos I, II, III, IV e XI possuem natureza estratégica e serão exercidas quando da constatação de necessidade pelo Comitê ou quando de sua provocação em processos específicos.

**25.4.** As atribuições constantes dos incisos V, VI, VII e VIII possuem natureza tática, e seu exercício engloba:

- a)** analisar conjuntura e cenários econômico-financeiros e o setor de energia;
- b)** aprovar os cenários de alocação do portfólio de investimentos, observando a alínea 'a';
- c)** conhecer o desenvolvimento da análise e a execução para a realização de oportunidades de negócio, opinando e propondo ações;
- d)** acompanhar, opinar e propor ações e metodologias para a elaboração da Tese de Inovação no âmbito da Copel e das suas Subsidiárias, bem como seu cumprimento.

**25.5.** As atribuições constantes dos incisos IX e X possuem natureza operacional, e seu exercício engloba:

- a)** analisar e avaliar os resultados dos investimentos, quanto à eficácia da gestão de recursos, orientando ações corretivas, quando necessárias;
- b)** manifestar-se sobre as propostas de investimentos em oportunidades de negócio, a serem formuladas pela Companhia, previamente à deliberação do Conselho de Administração, conforme suas competências; e
- c)** conhecer, avaliar e direcionar as iniciativas de inovação dentro do escopo da Tese de Inovação da Companhia, inclusive quanto aos valores orçados para seu cumprimento, alinhando-as às estratégias corporativas.

**25.6.** A atribuição prevista no inciso VII deste item, no que se refere à Copel Distribuição S.A., deve observar os parâmetros estabelecidos pela legislação aplicável, bem como as diretrizes contidas no Estatuto Social da Copel Holding.